



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

THAINÃ GOMES FERREIRA

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO
BRASIL DE 1968 - 1980

Salvador

2010

THAINÃ GOMES FERREIRA

**A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO
BRASIL DE 1968 - 1980**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a conclusão do referido Curso.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lucia Maria da Franca Rocha

Salvador

2010

THAINÃ GOMES FERREIRA

**A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO
BRASIL DE 1968 - 1980**

Banca Examinadora

Lucia Maria da Franca Rocha – Orientadora _____

Professora Adjunto UFBA/FACED

Doutora em História da Educação pela Universidade Católica de São Paulo/PUC

Maria Antonieta de Campos Tourinho _____

Professora Adjunto UFBA/FACED

Doutora pela Universidade Federal da Bahia

Sara Martha Dick _____

Professora Adjunto UFBA/FACED

Doutora pela Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força e perseverança para não desistir de lutar. A meu pai (em memória), dedico esse trabalho a você. A minha mãe, meu irmão e outros parentes que colaboraram para a conclusão dessa etapa de minha vida. A Ival pelo carinho e apoio. E a Professora Lucia pela dedicação e zelo na orientação desse trabalho.

Aos que conheci na UFBA durante esses cinco anos. Aos colegas que conhece nos estágios. Aos professores pela importância na minha formação e aos colegas pelas trocas na busca por um mesmo ideal. Agradeço a todos pelo aprendizado constante.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de expansão do ensino superior privado que se instalou no Brasil a partir da Reforma Universitária de 1968. O processo de expansão do ensino superior privado brasileiro se intensificou, sobretudo, no período do golpe militar de 1964. O atendimento da crescente demanda por acesso ao ensino superior passou a ser realizado pelo ensino privado, que imprimiu a educação uma característica mercadológica. O ensino superior privado de perfil empresarial surgiu na medida em que as universidades públicas, não podiam atender a crescente demanda por acesso ao ensino superior, ocasionando o dualismo no ensino superior.

Palavras - chave: Ensino superior. Reforma Universitária. Setor Privado. Expansão.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. O GOVERNO MILITAR E A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968	11
3. MEDIDAS GOVERNAMENTAIS PARA A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR	24
3.1 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO DE 1968 – 1980 ..	29
4. CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL	41
5. CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1. INTRODUÇÃO

A motivação para estudar sobre a expansão do ensino superior privado decorreu do estágio que realizei em uma instituição privada de ensino superior que me instigou vários questionamentos sobre a qualidade do ensino, estrutura, respeito aos docentes e discentes. Meu interesse aumentou em razão de mudanças que ocorreram na instituição, que era pequena em comparação com outros estabelecimentos, de ensino superior privado. Essa instituição foi comprada por um grupo que possuía várias outras instituições espalhadas pelo Brasil. Com a venda, a instituição sofreu diversas mudanças em um curto espaço de tempo, dentre elas, a estrutura física foi ampliada, para receber os alunos, vários professores e funcionários foram dispensados.

A razão pela qual desejo realizar esse estudo, é que as instituições privadas de ensino superior têm em sua maioria, baixa qualidade de ensino, tratam a educação como mercadoria, os professores com titulação são usados e depois descartados como objetos pela instituição, seus títulos de mestres e doutores são utilizados como propaganda para a instituição. Diante desse quadro pretendo entender que fatos levaram a ocorrer à expansão do ensino superior privado no Brasil no período de 1968 a 1980.

É de suma relevância saber que a ampliação do ensino superior privado vem ocorrendo de forma desenfreada, sem planejamento. Essa expansão ocorreu sem respeitar as condições necessárias para a formação de um bom profissional. As instituições privadas de ensino estão apenas preocupadas em instruir, e buscam somente formar profissionais, sem realizar pesquisas ou atividades de extensão, o que representa um atraso para o ensino superior no país. O Brasil necessita sim de novas instituições de ensino superior privado, mas que exerçam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão de modo sério, produtivo e transformador.

O novo ensino superior privado que ocorreu a partir da Reforma Universitária 1968 é de caráter marcadamente empresarial. Pois, este setor responde de modo muito mais direto às pressões de mercado. Por isso, a

abordagem sobre esse tema é relevante, pois, no Brasil a questão do acesso ao ensino superior ainda passa por adequações e questionamentos em relação à qualidade, estrutura, planejamento, organização que precisam receber mais atenção.

No plano da educação, o regime militar que se instaurou em 1964 vai conferir à educação o papel importante para o desenvolvimento nacional. Com o objetivo de resolver a crise universitária, impondo medidas modernizadoras para o sistema de ensino brasileiro, de modo a acomodá-lo ao projeto de desenvolvimento econômico. Entretanto, ao mesmo tempo em que estabelecia novos rumos na estrutura administrativa das instituições de ensino superior, também determinava ações repressivas aos movimentos estudantis, para certificar a aplicabilidade de tais medidas reformistas.

Os estudantes reagem, contra o autoritarismo e a política educacional dos militares. Uma das reivindicações dos discentes era à maneira de acesso a universidades públicas. Lutavam por uma maior democratização do ingresso e o fim do problema dos excedentes. Propuseram uma maior integração entre sociedade e a universidade, criticando o caráter elitista desta última. Assim, aspectos como: as desigualdades sócio-econômicas, à modernização do ensino, pois os discentes consideravam os métodos utilizados pela universidade ultrapassados e também queriam o fim das disparidades regionais, para os estudantes todos esses aspectos deveriam ser amplamente discutidos. Para os estudantes da UNE, a reforma universitária não deveria ser implantada de maneira separada. A reformulação da universidade deveria estar inserida dentro de uma reforma social.

No início de 1968, são realizadas grandes manifestações nas principais cidades do país, com destaque para a mobilização do Rio de Janeiro que reuniu 100 mil estudantes que protestavam contra a ditadura. Na educação os estudantes reivindicavam a expansão do ensino superior e a reforma universitária. A mobilização estudantil, caracterizada por intensos debates dentro das universidades e pelas manifestações de rua, vai exigir do Governo medidas no sentido de buscar soluções para os problemas educacionais mais

agudos, principalmente dos excedentes. A resposta de maior alcance foi à criação, pelo Decreto nº 62.937, de 02.07.1968, do Grupo de Trabalho (GT) encarregado de estudar, em caráter de urgência, as medidas que deveriam ser tomadas para resolver a crise da Universidade.

A partir da Reforma Universitária de 1968 houve uma busca pela modernização e a expansão das instituições públicas, com destaque para as Universidades Federais. Mas, somente as instituições públicas não conseguiram suprir a demanda de vagas para o ensino superior brasileiro. Com isso, a Reforma constituiu um novo ensino superior privado. O governo determinou que as universidades públicas não poderiam se expandir, daí resolveu que a solução era o crescimento dos estabelecimentos de ensino superior privado.

Com a reforma, as instituições privadas tornaram-se empresas educacionais voltadas para a obtenção do lucro econômico e para o rápido atendimento da demanda do mercado. A partir desse momento os estudantes passaram a ser clientes e pagam por um serviço. O ensino superior privado de perfil empresarial surgiu na medida em que as universidades públicas, sobretudo as federais, modernizadas pela reforma universitária de 1968, foram proibidas de expandir suas vagas. Assim, a expansão do ensino superior privado foi possível devido ao retraimento do ensino superior público para absorção da demanda.

Diante desse quadro algumas questões me inquietaram, como: Que política governamental o governo militar implantou em 1968? Que medidas governamentais foram formuladas para a expansão do ensino superior? Por que ocorreu a expansão do ensino superior privado? Quais foram às consequências dessa expansão para o ensino superior? Estas são algumas das questões que pretendo responder no meu trabalho.

A expansão do ensino superior privado intensificou - se a partir de 1968, com a reforma universitária, daí o período delimitado foi de 1968 a 1980. Nesse período, ocorreu o governo militar, o Estado tornou-se o principal meio de estabelecimento e consolidação dos interesses nacionais. O desenvolvimento

também era considerado outra meta principal para a condição de progresso do país, e é desta maneira que a educação passa a desempenhar um importante papel. A educação teve que se ajustar a nova realidade política, assim, durante o governo militar ela teve como atribuição a função de formar o capital humano, estando vinculada ao mercado de trabalho, e moldada pela ideologia desenvolvimentista e de segurança nacional.

O objetivo desta pesquisa é compreender o processo de expansão do ensino superior privado brasileiro a partir da Reforma Universitária de 1968.

Objetivos específicos: Analisar a implantação da Reforma Universitária de 1968 e as consequências para o ensino superior; Analisar os motivos que impulsionaram a expansão do ensino superior privado brasileiro a partir de 1968.

O presente estudo monográfico utilizou-se da metodologia: Pesquisa Bibliográfica. Utilizei a Pesquisa Bibliográfica com o objetivo de ter como base, as idéias de diversos autores que veem respondendo pela temática em questão.

Estes foram alguns dos autores que trouxeram contribuições para a realização do trabalho monográfico: (CUNHA, 2009), (FÁVERO, 1977), (FREITAG, 1986), (GERMANO, 1994), (GRACIANI, 1982), (MARTINS, 1989), (ROMANELLI, 2002), (SAVIANI, 2008), (SILVA, 2001). Foi um trabalho de leitura e análise de conteúdos que embasaram a abordagem temática na composição dos capítulos da presente monografia. No item 2, trata do governo militar e a Reforma Universitária de 1968.

No item 3 e 3.1, é sobre as medidas propostas para a expansão do ensino superior através da Reforma Universitária e a expansão do ensino superior privado que ocorreu a partir dessas medidas. E no item 4, traz as consequências da expansão do ensino superior privado.

2. O GOVERNO MILITAR E A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968

Nas eleições presidenciais de 1960, Jânio Quadros venceu com o slogan da “vassoura” no sentido de acabar com a corrupção e renunciou em 25 de agosto de 1961. Alguns autores abordam que tal renúncia era apenas um tipo de encenação para que o Congresso lhe oferecesse liberdade governamental além do apoio do exército brasileiro. O Congresso, ao contrário do que Jânio Quadros esperava, aceitou prontamente sua renúncia que daria a João Goulart a sua sucessão. João Goulart estava determinado a fazer as Reformas de Base como à reforma agrária. Desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961, o Brasil vivia uma crise política. O vice de Jânio, João Goulart, assumiu a presidência num clima político tenso. Seu governo foi marcado pela atuação dos estudantes, organizações populares e trabalhadores que ganharam espaço no cenário político brasileiro, preocupando as classes conservadoras como empresários, banqueiros, a Igreja Católica, militares e a classe média. O presidente João Goulart e seus aliados formularam políticas que causaram insatisfação aos conservadores de direita. As contestações cresceram contra o governo de João Goulart, porque achavam que o presidente ia levar o Brasil para o regime comunista.

O grande estopim que colocava os militares em cena e determinados a tomar o poder através de um golpe foi o discurso de João Goulart e Leonel Brizola feito no dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, os dois anunciavam as Reformas de Base e um novo plebiscito para aprovar uma nova constituição e a nacionalização das refinarias estrangeiras de petróleo. Os militares sabiam que o povo apoiaria o projeto e então não perderam tempo, aliaram-se aos políticos da UDN e ao governo norte-americano para deflagrar o golpe.

Os militares deram o golpe, sendo que todos aqueles contrários aos militares no poder foram taxados de subversivos e foram presos. Os motivos alegados para o golpe militar de 1964 são vários, dentre eles, evitar a instalação de um governo totalitário comunista no Brasil.

Anterior ao golpe, no início de 1960, o movimento estudantil patrocinava vários eventos a respeito da reformulação do ensino superior. O Seminário da Bahia em 1961 foi o mais significativo e de maior repercussão. As três principais reivindicações foram: a primeira tratava da adequação da formação profissional e científica por meio da flexibilização dos programas, a renovação do corpo docente e a especialização do ensino e da pesquisa, cuja proposta chave era a eliminação da cátedra; a segunda foi à criação de institutos especializados e, por último, a ênfase na educação voltada para o desenvolvimento econômico. Novos seminários foram promovidos entre 1961 e 1962 sobre a reforma universitária. Além da pauta de reivindicações do primeiro seminário, os estudantes noticiavam a falta de equipamentos e instalações e a carência de vagas nas instituições públicas. De acordo com Graciani (1982, p.61),

as associações estudantis, por volta de 1961, tomam corpo e se consolidam através de discussões, seminários, que são históricos, pela repercussão que obtiveram frente ao movimento em prol da Reforma. Entre outros cabe ressaltar: o Primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE) realizado em Salvador (1961) que se propagou através do documento Declaração da Bahia; neste documento os estudantes caracterizavam a sociedade brasileira capitalista; no seu primeiro tema: A realidade brasileira, em fase de desenvolvimento e um Estado oligárquico e classista, com infra-estrutura de base latifundiária. Sugeriam, a partir de tal análise, a criação de sólida infra-estrutura de base, a reforma agrária para maior diversificação de produto agrícola, superação da condição proletária, etc.

Martins Filho (1987, p.145) resume o que foi o movimento estudantil anterior ao golpe militar, afirmando que

[...] antes de 1964, foi o próprio movimento de estudantes quem levantou a bandeira da reforma da universidade. Inserido no processo mais amplo de expansão das conquistas da classe média no plano educacional e na conjuntura de ascensão da luta popular pelas reformas de base, o protesto estudantil buscava basicamente pressionar o Estado populista para que este ampliasse a participação do ensino público no terceiro grau, abrisse mais vagas e permitisse a democratização e modernização da universidade.

Para o movimento estudantil todo o sistema educacional, além de restrito, era altamente seletivo, sem vínculo com a realidade social. O ensino superior era visto como um entrave para o desenvolvimento do país, pois não estava formando os profissionais exigidos, nem as universidades estavam assumindo a liderança que lhes cabia.

A principal meta da luta estudantil era à democratização política e de acesso ao ensino superior. Esta se traduzia nas seguintes reivindicações contidas na proposta de reformulação do sistema de terceiro grau: a defesa da gratuidade do ensino público, a preservação da autonomia universitária no plano administrativo, didático e financeiro; a luta pela admissão no ensino superior de todos os que conseguissem ser aprovado no vestibular.

As intensas reivindicações do movimento estudantil, que sofreram repressão do governo militar acabaram voltando a atenção para a reforma universitária.

Os debates sobre a “modernização” da universidade adquiriram dimensão nacional desde o final dos anos 50, centrando-se em questões da universidade, à estrutura, à organização e ao papel da universidade na promoção do desenvolvimento brasileiro. A reforma universitária foi formulada diante, sobretudo, das pressões do movimento estudantil, que questionava o ideário liberal e autoritário; veio para apaziguar contestações e atender às demandas de ascensão e prestígio social de um vasto segmento da classe média que apoiara o golpe de 64. (FÁVERO, 1991, p. 16)

O regime militar desestruturou o movimento estudantil no país, segundo Silva (2001, p.186)

o regime militar desestruturou o movimento estudantil no país, seja combatendo e desmantelando a UNE, que passa a ilegalidade, seja criando-lhe uma entidade nacional substitutiva plenamente atrelada ao Estado, o Diretório Nacional de Estudantes, subdividido em Diretórios Estaduais e Diretórios Centrais (em cada Universidade)

O Golpe de 1964 apoiou-se no discurso de que era indispensável uma intervenção militar para restaurar a ordem e colocar o país de volta ao caminho certo, longe da ameaça comunista e rumo ao desenvolvimento econômico. O primeiro presidente após o golpe militar de 31 de março foi Castelo Branco que

governou até 1967. O presidente utilizou-se de um conjunto de medidas que passava a direcionar as atividades educacionais. Segundo Boschetti (2007, p.222)

a) em 1964 a implantação da Lei Suplicy de Lacerda criando o Diretório Nacional dos Estudantes, proibindo greves e propagandas partidárias nas entidades estudantes; b) em 1965 a assinatura de contratos para a importação de técnicos para elaborar a política de educação governamental em todos os graus de ensino, por meio de comissão inicialmente composta por cinco norte-americanos; c) em 1968, Lei da Reforma universitária, segundo recomendação dessa comissão, imposta sem discussão e votada em 60 dias; d) em 1969, o Decreto-Lei 477, definindo infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos públicos ou particulares, proibindo qualquer participação política de estudantes, além de prever o jubramento o quê, nas palavras de Nei Braga, Ministro da Educação, consistia num vestibular interno pelo qual a universidade livrava-se dos alunos indesejáveis.

No período pós-64, o Estado tornou-se o principal meio de estabelecimento e consolidação dos interesses do grande capital, em especial o multinacional, tornando o capital o maior beneficiado. A educação passou a ter a função de formar recursos humanos, mão-de-obra, para o desenvolvimento do país. Nos diversos níveis da educação, a ideologia desenvolvimentista estava presente, objetivando a formação de trabalhadores capazes de produzir mais a um custo menor. Investe-se no desenvolvimento das inovações tecnológicas e adota-se uma perspectiva economicista em relação à educação. A educação deveria ser concebida para satisfazer a crescente demanda por parte da economia de trabalhadores qualificados.

A educação ganhou uma significativa responsabilidade pelo sucesso do projeto econômico e social do país. Portanto, juntamente com o ganho de tal importância, o Estado passou a exercer um severo controle político-ideológico da educação, principalmente no nível universitário, porque os grupos ligados ao novo regime instaurado buscavam vincular o ensino superior ao mercado de trabalho e ao projeto político de modernização de acordo com os requerimentos do capitalismo internacional.

[...] a política educacional adotada pelo novo regime procurou pautar a sua ação no sentido de despolitizar o campo

acadêmico, neutralizando as ações de grupos estudantis ligados a organizações populares e a movimentos contestatórios que desenvolviam no interior das instituições de ensino, mantendo-os sob rígido controle. Por outro lado, visava também integrar o campo educacional nas orientações que procurava imprimir ao seu projeto de desenvolvimento. (MARTINS, 1989, p.161)

A educação teve que se ajustar as medidas adotadas pelos militares, assim, durante o governo militar ela teve como atribuição a função de formar o capital humano. A teoria do capital humano entendia que: as pessoas por meio da educação têm condições de adquirir "habilidades" e conhecimentos. Quanto mais uma pessoa estuda, maior sua habilidade cognitiva e maior sua produtividade, e maior produtividade permite que a pessoa receba maiores salários. De acordo com Hilsdorf (2003, p. 123-124),

basicamente essa teoria propõe que o processo de educação escolar seja considerado como um investimento que redunde em maior produtividade e, conseqüentemente, em melhores condições de vida para os trabalhadores e a sociedade em geral. As habilidades e os conhecimentos obtidos com a escolarização formal representam o "capital humano" de que cada trabalhador se apropria: a teoria propõe que basta investir nesse capital para que o desenvolvimento pessoal e social aconteça. Na década de 70 essa concepção será criticada como uma ideologia pré-capitalista, pois sendo adotada, não seria necessário pensar em mudanças estruturais mais radicais, atribuindo-se ao trabalhador assalariado – sem propriedade, sem controle dos meios de produção e do seu produto – a capacidade de capitalizar-se! Mas, na década de 60, muitas agências financiadoras internacionais, principalmente as norte-americanas, propagaram essa teoria garantindo que a conquista de graus mais elevados proporcionava ascensão social. Isso lhes permitiu oferecer programas de ajuda para o Terceiro Mundo, intervindo no financiamento e na redefinição da organização escolar de vários países.

Com o objetivo de fazer o diagnóstico e propor soluções para a educação brasileira na linha do desenvolvimento internacional com base no "capital humano", entre 1964 e 1968 foram assinados 12 acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência Norte-Americana (USAID).

Os assessores da USAID agiam segundo uma evidente mentalidade empresarial, que combinada às medidas de exceção da área militar, deu as marcas da política educacional do período: desenvolvimento, produtividade, eficiência, controle e repressão. (HILSDORF, 2003, p. 124)

De acordo com Romanelli (2002, p.218),

desenvolvimentismo, eficiência, produtividade, de um lado; controle e repressão, do outro. Ambos, portanto, interdependentes: a mentalidade empresarial dando conteúdos ao desenvolvimento, e a utilização da força garantindo a implantação do modelo.

Durante esse período, as políticas públicas para educação eram associadas a discursos de construção social e a proposta de fortalecimento do Estado, que por sua vez foi reorganizado visando a atender aos interesses econômicos vigentes. Com o avanço e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a necessidade de mão-de-obra qualificada era um elemento importante.

Os militares partiram para a ação direta de intervenção na educação, nesse sentido foi promulgado o Decreto nº 62.024, em 1967, que instituiu a Comissão Meira Mattos.

Para se entender a causa da Comissão Meira Mattos, é importante fazer breve referência ao movimento dos estudantes nos anos que precederam o golpe militar de 1964. Sua história caracteriza-se por ser de protestos: passeatas, greves e choques com a polícia. Com a extinção das entidades estudantis em decorrência da Lei Suplicy, aliada a outras medidas arbitrárias adotadas pelo governo em relação à universidade e aos estudantes, estes saem às ruas para protestar, apesar de todo um esquema de repressão policial. Os anos de 1964-68, em especial, foram marcados pelo inconformismo desse movimento diante de um governo autoritário e em face de medidas arbitrárias e repressivas adotadas pelo Estado. (FÁVERO, 1991, p. 35)

Com isso, os militares preocupados com os protestos e a revolta do meio universitário contra o poder constituído, o presidente Costa e Silva instituiu a Comissão Meira Mattos.

De acordo com o decreto que a criou, a Comissão Especial tinha os seguintes objetivos, expressos no art. 1º, letras a, b, c:

- a) emitir parecer conclusivo sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis;
- b) planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais, no setor estudantil;
- c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do ministro do Estado. (FÁVERO, 1991, p.36)

Entre as sugestões indicadas pelo relatório elaborado pela Comissão Meira Mattos, para satisfazer em curto espaço de tempo não só a demanda, como também as necessidades do desenvolvimento econômico, social, técnico e científico e de apoio financeiro,

destacam - se: redução dos currículos, diminuição da duração dos cursos de formação profissional, adoção do regime de créditos, implicando a matrícula por disciplina e a substituição do ano escolar. (FÁVERO, 1991, p.51)

A substituição do ano escolar, por semestres, permitiria o ingresso de mais de uma turma por ano em cada curso. Era fundamental modificar o modelo universitário vigente e a política educacional. Em 02 de julho de 1968, foi baixado um decreto presidencial que instituía um Grupo de Trabalho no MEC, integrado por 11 componentes designados pelo presidente-general Artur da Costa e Silva, que estabeleceu um prazo de 30 dias para que o Grupo de Trabalho apresentasse um projeto de reforma universitária. O grupo iniciou o seu trabalho, baseando-se nos estudos produzidos pelo convênio MEC-USAID e pelo Relatório Meira Mattos.

A partir de 1964, acordos foram feitos entre o MEC e a Usaid – uma agência do governo americano – abrangendo todos os níveis de ensino. Outros assessores norte – americanos, a serviço do MEC, como Rudolph Atcon, se envolveram também na definição da reforma universitária. Desse modo, a tônica do chamado Relatório Atcon (1966) recaía sobre a necessidade de disciplinar a vida acadêmica, coibindo o protesto, reforçando a hierarquia e a autoridade. Além disso, o Relatório enfatizava a importância de racionalizar a universidade, organizando-a em moldes empresariais, privilegiando, assim, a questão da privatização do ensino. (GERMANO, 1994, p.117)

Durante a ditadura militar a educação sofreu duas grandes reformas, em 1968 e em 1971, precedidas, porém pelos acordos MEC (Ministério da Educação e Cultura) e Usaid (United States Agency for International Development) quando o Brasil recebeu o apoio técnico e financeiro para programar as reformas. A reforma universitária proposta em 1968 foi elaborada com base em estudos do relatório do professor Rudolph Atcon e o relatório de Meira Matos que era Coronel da Escola Superior de Guerra.

Os diagnósticos e as recomendações veiculados por esses documentos apresentam um alto grau de convergência. A educação superior deveria ter objetivos práticos e adaptar seus

conteúdos às metas do desenvolvimento nacional. O sistema de ensino não poderia continuar atendendo a um público restrito, tal como vinha acontecendo. Propunha-se assim sua expansão, assinalando, no entanto, a falta de recursos financeiros, o que levou à introdução do princípio da expansão com contenção, que seria reiterado pela política educacional. (MARTINS, 2009, p. 20)

A expansão era uma necessidade, mas os recursos para a realização da reforma eram limitados. A reformulação devia regular-se por uma racionalização dos recursos e se orientar pelo princípio de flexibilidade estrutural, para evitar a duplicação de meios para os fins acadêmicos.

O Grupo de Trabalho destinado a estudar a reforma universitária foi instituído pelo Decreto nº 62.937, de 02 de julho de 1968 e iniciou oficialmente suas atividades na sessão plenária de 10 de julho sob a Presidência do Senhor Ministro da Educação e Cultura.

O Relatório Geral do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária é o mais completo documento de fundamentação da reforma de 1968 e representa uma peça fundamental para o seu entendimento. Nele estão sintetizadas as principais idéias relativas à sua concepção, metas e estrutura. Em sua concepção existe o diagnóstico dos problemas da universidade, assim como, as expectativas relativas à solução dos mesmos, buscando-se uma estrutura organizacional capaz de superar a herança dos estabelecimentos isolados e do agrupamento de escolas.

O Grupo de Trabalho tinha a missão de propor a reforma da universidade brasileira, na busca da sua eficiência, eficácia, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país. A tarefa do Grupo era de propor um repertório de soluções realistas e de medidas operacionais que permitissem racionalizar a organização das atividades universitárias. Segundo Relatório do Grupo de Trabalho (1969, p.123)

a verdadeira reforma universitária se processa no chocar-se de uma trílice dialética: relação entre o Estado e a Universidade, em uma espécie de debate vertical, na relação entre a universidade e as múltiplas forças da comunidade, à de debate

horizontal e no interior dela mesma, como revisão interna na dialética do mestre e do aluno.

A universidade brasileira era um amontoado de faculdades, institutos e serviços. Esse crescimento não obedeceu a um planejamento racional, nem determinou a reorganização de seus quadros estruturais e de seus métodos de ensino. O crescimento das universidades ocorreu por meio de uma simples multiplicação de unidades, em vez de crescimento ordenado, existiu acréscimo de novos campos e atividades que foram progressivamente anexadas.

“A universidade se expandiu, mas em seu cerne, permanece a mesma estrutura anacrônica a entrar o processo de desenvolvimento e os germes da inovação”. (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1969, p.124). O Grupo de Trabalho salientava a necessidade de que o crescimento do sistema de ensino ocorresse de forma equilibrada em seus vários níveis.

Sobre o relatório da reforma, Saviani (2008, p. 297), salienta que

de fato, o governo havia instituído, em 02 de julho de 1968, um Grupo de Trabalho para elaborar o projeto de reforma universitária. Paralelamente, durante os meses de julho, agosto e setembro, o IPES (Instituto de Estudos Políticos e Sociais) se dedicou à preparação do evento, que se realizou de 10 de outubro a 14 de novembro de 1968. O projeto de lei da reforma universitária deu entrada no Congresso Nacional em 07 de outubro e foi aprovado em 06 de novembro de 1968, sendo a lei promulgada em 28 de novembro, porém com vários vetos, fazendo a assepsia dos dispositivos que não se coadunavam com os interesses do regime.

O objetivo da reforma era o da racionalização da universidade, para conferir-lhe maior produtividade e maior integração ao processo do desenvolvimento nacional. Assim, ter uma universidade integrada, estruturada para realizar múltiplas tarefas, tais como promover a pesquisa científica, criar e difundir a cultura e proporcionar uma preparação profissional de qualidade. Sobre isso Romanelli (2002, p.221), salienta que

um dos objetivos imediatos da reforma do ensino deve ser a eliminação do espaço ocioso e do professor ocioso. Com isso, obtém-se maior produtividade e se engaja o sistema educacional de nível superior ao modelo de desenvolvimento adotado.

O ensino universitário para o governo militar era importante para o desenvolvimento do país. O Brasil estava com uma escassez de mão de obra qualificada para o crescimento do país. Existia a necessidade de expandir o ensino superior para aumentar e melhorar a infraestrutura, pela demanda do crescimento da indústria. Essa carência esbarrava na falta de verbas destinadas às instituições públicas. A universidade pública não conseguia atender as demandas do mercado de trabalho. Era necessário ter muita atenção as exigências do mercado. A expansão do ensino superior tinha que ser planejada para atender as áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico e social do país, nas seguintes áreas: professores de nível médio, medicina e outras profissões da saúde, engenharia e principalmente na área tecnológica e de operação.

A meta era ajustar o descompasso entre a oferta e a demanda de vagas e controlar a expansão naqueles setores mais atendidos. Corrigir as distorções do ensino médio uma vez que seus concluintes procuravam acesso ao ensino superior aumentando a demanda.

Outros fatores a serem considerados na definição de metas para a expansão do ensino superior seriam: corrigir o descompasso existente entre a composição da oferta e demanda de vagas, controlando setores já atendidos; corrigir distorções do ensino médio, responsabilizado pelo agravamento da demanda por ensino superior. (VIEIRA, 1982, p.67)

A orientação geral era realizar a expansão do ensino superior de forma racional. De acordo com Vieira (1982, p.60),

racionalizar a universidade significaria, portanto, organizar as escolas de ensino superior existentes no país, de modo a torná-las, sob o signo da modernização, instituições capazes de fazer face ao surto desenvolvimentista que atravessava o Brasil e, ao mesmo tempo, disciplinar o processo de expansão em marcha, criando condições que tornassem possível a desejada abertura da universidade a um número crescente de candidatos, solucionando, assim, a problemática questão dos excedentes.

A oferta de oportunidades em nível universitário estava longe de alcançar a relação que deveria existir entre o ensino superior e o nível médio. A solução para isso era o aumento progressivo das vagas.

Além do aumento de vagas, a proposta do vestibular unificado possibilitava o aproveitamento pleno das vagas, evitando as inscrições múltiplas. O vestibular que até então era realizado separadamente por cada universidade ou instituição permitia que um mesmo candidato se inscrevesse em vários concursos, quando, na verdade ocuparia apenas uma vaga. Segundo o Relatório do Grupo de Trabalho (1969, p.131)

a solução que se preconiza é a unificação crescente do vestibular; de início por grupos de cursos afins e mais tarde abrangendo todos os cursos de uma universidade, depois de várias universidades e escolas isoladas, até alcançar o âmbito de regiões do País. Com isto, sobre possibilitar o aproveitamento pleno das vagas, evita-se o conhecido fenômeno das inscrições múltiplas que oferece uma visão distorcida da realidade. E passa-se a contar com um segundo dispositivo de absorção.

Outro ponto discutido foi a questão da cátedra e a reforma universitária propôs sua abolição. A cátedra significava o auge de um trabalho acadêmico de ensino, pesquisa e extensão. Somente poderia ser um catedrático aquele que submeteu sua vida a intensos estudos. De acordo com Romanelli (2002, p. 216-217)

a existência da cátedra havia criado um sistema de pulverização de recursos, já que estava ligado diretamente ao professor catedrático material e recursos humanos (auxiliares, assistentes), o que acabou gerando um sistema de “feudos” do saber e do ensino em torno de pessoas que geralmente disputavam entre si prestígio status. Graças a esse sistema, os recursos financeiros eram, às vezes, aplicados na satisfação exclusiva da vaidade desses “feudatários”. Era muito comum, portanto, existirem, na mesma instituição, várias bibliotecas, assim como vários laboratórios, usados para fins idênticos, embora pertencentes a seções ou escolas diferentes da mesma Universidade. Até na mesma escola ocorria a duplicação de meios por causa da competição e da vaidade existentes entre professores.

A cátedra representava que os direitos tinham garantia constitucional e o professor não podia ser destituído do cargo. Com a extinção da cátedra, a reforma universitária criou o departamento. Sobre a instituição dos departamentos, Cunha (1999, p. 138) assinala que

completando a departamentalização e a divisão dos cursos de graduação, o regime de matrículas por disciplinas (regime de

créditos) veio a compor uma tríade que levaria à pretendida minimização do custo da matrícula adicional, ou seja, a racionalização da produção das universidades federais no Brasil. As demais universidades eram estimuladas a seguir tal modelo. No que diz respeito ao nosso tema, o regime de matrículas por disciplina permitiria a reunião, numa mesma turma, com um mesmo professor, de estudantes de diversos cursos, uns fazendo a disciplina em questão como obrigatória, outros como eletiva; ou, então, todos a fazendo enquanto eletiva. De um modo ou de outro, o tamanho das turmas cresceria, aumentando o rendimento do uso do recurso docente, ao menos em termos de números de estudantes por professor.

De acordo com Graciani (1982, p. 89)

o departamento constituiria a menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos, tanto de ordem administrativa quanto de organização didático-científica e distribuição de pessoal. E o critério para subdivisão seria o das áreas fundamentais do conhecimento humano – as ciências humanas, a filosofia, letras e as artes – estudadas em si mesmas ou com vista a ulteriores aplicações.

Um outro ponto foi a criação do sistema de créditos, matrícula por disciplina. O currículo do curso era constituído de um conjunto de disciplinas obrigatórias e optativas oferecidas pelo departamento e o aluno devia escolher de acordo com seus interesses os créditos necessários para a obtenção do diploma. Esse sistema proporcionava a redução de custos e de capacidade ociosa à medida que as disciplinas de um determinado curso poderiam ser escolhidas por estudantes provenientes de outros cursos. Comentando sobre esse assunto Saviani (2008, p. 303) afirma que

deu-se a separação entre curso e departamento. Este foi definido como a unidade básica da universidade, cabendo-lhe reunir os especialistas de uma mesma área de conhecimento ou de áreas afins. Tal alteração foi proposta sob argumento de que, devendo a universidade fundar-se na unidade do ensino e da pesquisa, era necessário desenvolver a pesquisa, reunindo e conjugando os esforços dos professores preocupados com a mesma área de conhecimento. O curso, por sua vez, se definia pelo currículo, entendido na prática como um elenco de disciplinas distribuídas, via de regra, em três modalidades: obrigatórias, optativas e eletivas. Tal currículo seria composto e coordenado por um colegiado denominado coordenação de curso.

Saviani (2008, p. 303), continuando seu pensamento, salienta que

na verdade, teoricamente, a separação foi justificada da seguinte maneira: cabe ao curso, por meio de sua coordenação, fixar os objetivos que ele deve atingir. A partir e em função de seus objetivos, serão definidas as disciplinas constitutivas do currículo de referido curso e selecionados os conteúdos que devem ser ministrados em cada disciplina. A partir desses parâmetros, a coordenação do curso solicita aos departamentos que indiquem os professores mais adequados para assumir as disciplinas que compõem o currículo.

Com relação ao currículo, o Conselho Federal de Educação definiu para os diversos cursos superiores o currículo mínimo numa perspectiva econômica. As universidades criavam seus cursos para atender as características de sua programação específica ou exigências observadas em âmbito regional. Os diplomas daí resultantes, uma vez aprovados regularmente, seriam registrados no Ministério da Educação e Cultura e dariam direito ao exercício profissional nas áreas abrangidas pelos respectivos currículos, com validade em todo o território Nacional.

Os instrumentos de racionalização introduzidos pela reforma de 1968 contribuíram para uma reorganização das universidades públicas e a criação de novas instituições, de modo a absorver uma maior quantidade de alunos. Por outro lado, a carreira docente única, o incentivo à pós-graduação de professores e ao regime de dedicação exclusiva criaram as condições necessárias à implantação de um novo modelo de ensino superior.

3. MEDIDAS GOVERNAMENTAIS PARA A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

A expansão do ensino superior exigiu do governo militar a adoção de medidas com o objetivo de evitar o agravamento do problema dos “excedentes” principalmente para as carreiras consideradas prioritárias para o desenvolvimento econômico do país. O número de candidatos ao ensino superior tinha crescido muito, no período de 1964-1968 o crescimento foi de 120% e o aumento de vagas chegou a 50%. Nesse período, o número de excedentes cresceu 212%, significando que no ano de 1968, 125 mil candidatos ao ensino superior foram aprovados no concurso vestibular, mas não ingressaram na universidade. Diante dessa situação o governo teve de tomar medidas, levando em conta a demanda crescente pelo ensino superior e a questão do mercado de trabalho. De acordo com o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (1969, p. 143), as providências adotadas foram:

I. criação imediata do Grupo de Trabalho para propor, até o dia 05.12.1968, programa detalhado de expansão de matrículas do ensino superior, e tomar providências no sentido de aumento de matrículas para 1969.

II. o programa objetivará elevar o número global de vagas abertas aos candidatos a exame vestibular, a 110.00 em 1969, devendo-se definir metas de expansão de vagas até 1975.

Além do estabelecimento de metas globais, era necessário prever metas específicas, no sentido de:

a) levando em conta a importância de evitar a continuação do problema de “excedentes”, concentrar o aumento de vagas em carreiras prioritárias para o desenvolvimento econômico e social, notadamente em quatro áreas: professores de nível médio, a área de maior déficit, atualmente; medicina, e outras carreiras da saúde (enfermagem, bioquímica, odontologia); engenharia (principalmente engenharia de operação) e outras carreiras tecnológicas (engenharia-química, química industrial); técnicos intermediários (carreiras curtas de nível superior);

b) corrigir o descompasso entre a composição da oferta e a composição da demanda de vagas, controlando a expansão naqueles setores atendidos;

c) corrigir as distorções do ensino médio, que levam um número excessivo de técnicos de nível médio a procurar acesso ao ensino superior, cuja demanda fica, assim, consideravelmente agravada.

d) acompanhar a evolução do mercado de trabalho, para eliminar obstáculos à absorção dos novos diplomados, principalmente em carreiras curtas e profissões da área tecnológica, sob pena de transferir-se a frustração dos excedentes candidatos a vagas em universidades a excedentes candidatos a emprego produtivo. (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1969, p. 143)

A Lei nº 5.540 da reforma universitária fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior, foi sancionada em 28 de novembro de 1968 e, com base nessa Lei o ensino superior devia ser oferecido prioritariamente nas Universidades e por uma exceção em estabelecimentos isolados.

Mais uma vez verifica-se uma certa antinomia entre os documentos legais e a posição do próprio CFE, se atentarmos para os dados de autorização de cursos em Estabelecimentos Isolados. Essa desconexão torna-se evidente quando sabemos que, no período de 1962-72, num total de 1.136 pedidos para criação de novos cursos, 897 (79%) pedidos foram deferidos e apenas 239 (21%) indeferidos. E mais, cerca de 55% do total dos pedidos foi dada entrada no CFE no triênio 1970-72, quando foram autorizados mais de 60% dos pedidos. Quanto aos indeferimentos, estão concentrados no período 1967-69. (FÁVERO, 1977, p.71)

Assim, a expansão do ensino superior ocorreu com a proliferação dos estabelecimentos isolados de ensino, contrariando o que determinava a lei da reforma universitária. Teve papel relevante nessa expansão o Conselho Federal de Educação que autorizou um número excessivo de estabelecimentos isolados de ensino superior, contribuindo para fortalecer o empresariado, donos das instituições privadas.

A reforma da universidade pública estava condicionada ao enxugamento da estrutura administrativa por meio da racionalidade e do planejamento. Tais medidas propiciavam a redução dos custos e da matrícula, ampliando a produtividade e o grau de atendimento do sistema. Segundo Romanelli (2002, p.224), as medidas práticas sugeridas para a execução dessa reforma foram as seguintes:

criar um esquema destinado a evitar, em 1969, o problema dos excedentes; criar um programa de incentivo à implantação do tempo integral e dedicação exclusiva para o magistério; criar a Operação-Produtividade, para melhor aproveitamento do espaço ocioso, e estabelecer critérios para a expansão da capacidade das escolas; e mecanismos de financiamentos associados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O projeto de reforma universitária enfatizava ainda que o crescimento da oferta de ensino superior devia ser planejado, de forma a controlar a quantidade de vagas. O sistema educacional devia ser planejado a fim de preparar apenas a força de trabalho necessária e suficiente para o sistema econômico.

Segundo Graciani (1982, p. 80) as universidades deveriam se organizar com as seguintes características:

- a) unidade de patrimônio e administração;
- b) estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas;
- c) unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- d) racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos;
- e) universidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos estudados em si mesmos e de uma ou mais áreas tecnoprofissionais;
- f) flexibilidade de métodos e critérios com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa.

Outra medida da reforma foi combater a insuficiência de profissionais qualificados. De acordo com a visão do regime militar, à medida que o País entrasse em uma trajetória de crescimento acelerado, a tendência era a acentuada expansão da demanda por mão de obra qualificada. A viabilidade do desenvolvimento estaria comprometida se os sistemas educacionais de nível médio e superior não fornecessem, em quantidade razoável, os recursos humanos preparados para o sistema produtivo. Este problema foi atacado pela reforma educacional de quatro formas. A primeira foi estimular o crescimento

das matrículas nos cursos considerados como produtores de capital humano. A segunda foi instituir os cursos profissionalizantes de curta duração. A terceira foi profissionalizar o ensino médio. E, por último, valorizar a pesquisa acadêmica. O crescimento de vagas devia estar concentrado, prioritariamente, nas áreas da saúde, da tecnologia e de formação de professores de ensino médio.

A Reforma Universitária, com uma combinação de estudos e propostas elaborados por consultores internacionais e estudiosos locais, foi sendo consolidada e conduzida pelo Governo Federal sem a participação direta da população. Diversas medidas administrativas foram implantadas a fim de resolver a insuficiência de profissionais qualificados, dentro dos princípios da expansão com contenção de recursos. A respeito dessas medidas Cunha (1999, p. 133) salienta que,

[...] uma nova identidade para a universidade começou a se definir. Primeiro nas universidades federais e nas estaduais paulistas, depois em todas as instituições de ensino superior. A universidade seria a instituição própria do ensino superior, só se admitindo faculdades isoladas por exceção. Nas universidades, o ensino seria indissociado da pesquisa, esta desenvolvida preferencialmente junto a programas de pós-graduação. O regime de cátedras foi extinto e, em seu lugar, implantados os departamentos. Pela lei 5.539/68, que modificou o Estatuto do Magistério das Instituições Federais de Ensino Superior, a progressão na carreira docente foi feita dependente dos graus acadêmicos de mestre e de doutor. O trabalho em tempo integral e de dedicação exclusiva recebeu incentivos eficazes para fixar os professores-pesquisadores na universidade.

O Relatório do Grupo de Trabalho apresenta um tópico específico relativo aos “recursos para a educação”, no qual sugere como medidas essenciais além do aumento de verbas orçamentárias a criação de novas fontes de recursos. Como afirma o Relatório do Grupo de Trabalho (1969, p. 146),

deverá ser criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mecanismo financeiro destinado a financiar a programação do ensino superior (dentro dos critérios estabelecidos) e projetos e programas de ensino médio e primário atribuíveis à União, assim como um sistema de bolsas de estudo e bolsas de manutenção para alunos do ensino superior.

Apesar de sua abrangência, o Relatório do Grupo de Trabalho confirmou que este mecanismo indireto seria destinado principalmente ao ensino superior. Seus objetivos principais eram:

I. financiar, a partir de 1969 (através de transferências, auxílios e subvenções) a programação, a cargo da União, das Universidades e outras unidades de ensino superior (de forma compatível com sua ampla autonomia), assim como, em caráter supletivo, programas e projetos de ensino médio e primário. II. Financiar, através de mecanismo de execução descentralizada, o sistema de bolsas de estudo e bolsas de manutenção a alunos do ensino superior. (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1969, p.148)

Portanto, com o projeto do FNDE pretendia-se criar condições favoráveis para a iniciativa privada, na medida, que estabelecia o direcionamento de verbas do fundo às transferências, auxílios, bem como às bolsas de estudos para alunado que efetivamente pagava anuidades. Outra medida de estímulo indireto, proposta pelo Relatório, cujos recursos seriam destinados ao FNDE, foi à concessão de incentivo fiscal. De acordo com o Relatório do Grupo de Trabalho (1969, p. 147),

concessão de incentivo fiscal para o setor de Educação, com autorização para desconto de até 2% no valor do Imposto de Renda devido por pessoa física ou jurídica, para destinação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

No Relatório do Grupo de Trabalho não havia qualquer menção explícita à cobrança de anuidades no ensino oficial. Entretanto, na parte final do relatório, ao abordar o sistema de bolsas de estudo e de manutenção sugere que os alunos abastados colaborem com o custeio daqueles de baixa renda. Segundo o Relatório da Reforma Universitária,

o critério básico é de que quaisquer recursos captados de entidades oficiais e privada, e de alunos de renda familiar mais alta, sejam necessariamente destinados a financiar gratuidade para alunos de renda mais baixa. (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO 1969, p.149)

A questão dos excedentes foi solucionada através de modificações no ingresso ao ensino superior. Os exames vestibulares tornaram-se unificados por região, facilitando o acesso tanto pela unificação das taxas de inscrição

como pela redução no custo de deslocamento dos candidatos. Isto permitiu, ainda, o preenchimento de vagas ociosas pelo fato das provas serem realizadas em datas coincidentes. A principal mudança foi à substituição do vestibular eliminatório pelo classificatório.

A formação de recursos humanos para o crescimento econômico passaria pela valorização da pesquisa acadêmica. A institucionalização do ensino de pós-graduação, bem como o princípio indissociável do ensino e da pesquisa nos estabelecimentos universitários, poderia contribuir para a melhoria da mão de obra qualificada, criando condições internas de absorção e adaptação à tecnologia importada. Aquelas medidas voltadas para a expansão das matrículas com contenção de gastos foram, na sua maioria, realizadas com sucesso.

3.1 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO DE 1968 - 1980

O ensino superior apresentava um quadro de demanda crescente, devido ao crescimento demográfico, à urbanização e à industrialização. A percepção da mudança nos padrões de ascensão social da classe média e o número de formados no ensino médio pressionam a demanda por ensino superior. A insuficiência na oferta de vagas disponíveis era denunciada publicamente pelos estudantes.

A expansão foi impulsionada objetivando dois objetivos. O primeiro era ampliar, em termos quantitativos, a parcela da população com grau superior de escolarização, principalmente nas áreas técnicas e tecnológicas, de modo, a qualificar profissionais necessários para contribuir com o desenvolvimento econômico. A reforma educacional deveria ser direcionada principalmente, para as carreiras necessárias ao mercado de trabalho industrial.

O segundo era resolver a pressão da classe média que buscava o acesso ao sistema de ensino superior. A classe média foi à aliada política do regime militar desde a implantação do golpe militar. As manifestações públicas foram

se intensificando em torno dos resultados dos vestibulares que, cada vez mais, produziam um contingente de eliminados por não terem vagas nas universidades públicas. Os estudantes exigiram modificações no sistema de vestibular, bem como a reformulação e a adequação do ensino superior à demanda por trabalhadores qualificados.

A pressão para a expansão do ensino superior estava relacionada à ampliação da taxa de matrícula do ensino médio. Ao mesmo tempo, o processo de concentração da propriedade e de renda, em curso na sociedade brasileira desde a década de 50, que se acentuou pela política econômica adotada a partir de 1964, conduziu as classes médias a encarar a educação superior como uma estratégia para a concretização da sua ascensão social.

A educação superior deveria ter objetivos práticos e adaptar seus conteúdos às metas do desenvolvimento nacional. O sistema de ensino não poderia continuar atendendo a um público restrito, tal como vinha acontecendo. (MARTINS, 2009, p.20)

Tal situação necessitava de medidas urgentes. O governo militar entendeu que cabia à iniciativa privada o importante papel na expansão do ensino superior. Assim, o expressivo crescimento da participação privada na oferta de ensino superior existiu pelo incentivo do governo militar que com o apoio do Conselho Federal de Educação expandiu o ensino superior privado.

O significativo aumento da participação privada na oferta de ensino, principalmente em nível superior, foi possível pelo incentivo governamental assumido deliberadamente como política educacional. O grande instrumento dessa política foi o Conselho Federal que, mediante constantes e sucessivas autorizações seguidas de reconhecimento, viabilizou a consolidação de uma extensa rede de escolas privadas em operação no país. O Conselho, mediante nomeações dos Presidentes da República, por indicações dos ministros da Educação, nunca deixou de ter representantes das escolas particulares em sua composição. Além disso, o lobby das instituições privadas sempre foi muito ativo, intenso e agressivo, chegando a ultrapassar os limites do decoro e da ética, o que conduziu ao fechamento do Conselho Federal de Educação pelo ministro Murílio Hingel, em 1994. Em seu lugar foi instituído o Conselho Nacional de Educação, regulado pela Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995. (SAVIANI, 2008, p.300).

O Conselho Federal de Educação pela sua constituição, os conselheiros nomeados pelo Presidente da República dentre eles estavam aqueles que defendiam a iniciativa privada, em alguns casos, donos de instituições privadas de ensino superior tinham assento no colegiado.

A crise que ocorreu em decorrência do reduzido número de vagas para o ensino superior.

As dimensões da crise haviam sido acentuadas nos anos imediatamente anteriores à proposta de reforma governamental, por um crescimento inusitado do número de candidatos ao ensino superior. Somente no período de 1964-1968 esta taxa fora de 120%, enquanto que, no mesmo período o aumento do número de vagas correspondera a apenas 56%. O número de excedentes (ou seja, um número maior de candidatos aprovados do que a quantidade de vagas existentes) crescera 212% no período de 1964-1968. Em termos absolutos, tal fenômeno indicava que no ano de 68, 125 mil candidatos ao ensino superior foram aprovados no exame vestibular sem obterem ingresso na universidade. Passa, então, a haver por determinadas camadas da sociedade uma pressão sobre o governo para ampliar o número de oportunidades educacionais de nível superior. (VIEIRA, 1982, p.61)

Os programas de expansão do ensino superior deveriam atender a determinados critérios que são assinalados por Vieira (1982, p.68)

dimensionar a demanda em bases mais adequadas, o que seria possível através do aperfeiçoamento do ensino médio para que pudesse constituir-se para um grande número de alunos, o término da preparação para o trabalho; a criação de carreiras curtas; a necessidade de evitar a expansão de vagas e criação de novas unidades para aquelas profissões já atendidas; a comprovação de viabilidade pedagógica científica, administrativa, e econômica e financeira no processo de autorização para funcionamento de novas unidades; e finalmente uma série de critérios na concessão de financiamento para programas de expansão.

A questão do fim da gratuidade foi outro ponto levantado pelo grupo de trabalho, uma vez que a privatização do ensino superior público era uma proposta que vinha se consolidando. Nesse sentido, Saviani (2008, p.300) comenta que,

o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária recomendou que os alunos ingressantes a partir de 1969 passariam a pagar

seus estudos nas universidades públicas, sendo distribuídos nas seguintes situações: a) os de renda muito alta, acima de 35 salários mínimos, pagariam uma anuidade cobrindo as despesas de administração e manutenção; b) os de renda alta, entre 15 e 35 salários mínimos, teriam a anuidade financiada num prazo de até 15 anos, devendo começar a pagar após dois anos de conclusão do curso; c) os de renda baixa e média, abaixo de 15 salários mínimos, teriam ensino gratuito e, em certos casos, bolsa de manutenção. No entanto, os fatos mostraram que essa recomendação não foi seguida, adotando-se outra estratégia de privatização do ensino superior: o crescimento acelerado das instituições particulares.

Analisando essa questão, Cunha (1988) expressava que com relação ao financiamento de bolsas de estudo, o governo previa que os recursos financeiros que fossem cobrados pelas instituições de ensino deveriam ser destinados aos alunos que tivessem uma menor renda, no sentido de garantir a gratuidade de um pelo pagamento de outros.

No entender de Germano (1994, p.144), significa

[...] uma abertura no sentido de não somente o Estado se desobrigar com a educação pública, abrindo caminho para a expansão da rede privada, como ainda de transferir recursos públicos para as escolas particulares.

A expansão dos estabelecimentos privados tinha a função, na perspectiva do governo militar de “desafogar” o orçamento público e de viabilizar a absorção da demanda reprimida. Desta forma, a iniciativa privada, que vinha atuando até então no ensino básico e médio passou a descolar os seus investimentos para o ensino superior que lhe parecia fértil em termos de rentabilidade econômica. Ao apoiar a criação de estabelecimentos superiores particulares, o Estado inclinou-se para uma política de ampliação das chances educacionais destinadas a setores das camadas médias urbanas, sem envolver-se com o seu custo.

O governo militar não aumentou as vagas no ensino superior público porque o governo emitiu decreto proibindo o aumento de vagas nas universidades públicas. Com isso, a alternativa foi autorizar cursos superiores em faculdades isoladas, que eram administradas pelo setor privado, para atender aqueles alunos que almejavam cursar uma faculdade e não

conseguiram ingressar em uma universidade pública. Um estudo realizado pela Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação, o número total de vagas oferecidas pelos exames vestibulares aumentou em 5 vezes entre 1967 e 1979 – ano em que o número de novas vagas chegou a 40 mil. A expansão mais acelerada ocorreu entre 1969 e 1973, sendo que o ano de pico foi 1971, quando houve 40% de aumento.

De acordo com Freitag (1986, p. 113)

o setor privado correspondeu, assim, tanto aos interesses do Estado como, aparentemente, aos interesses daqueles vestibulandos rejeitados pela rede oficial. Explorando a motivação educacional e o desejo de ascensão das classes subalternas, os estabelecimentos de ensino particulares passaram a fazer da educação um negócio. Esse negócio floria tanto mais quanto mais aumentava o congestionamento diante das portas das universidades oficiais.

Sendo, assim, esse negócio crescia mais e mais à medida que a universidade pública não atendia a demanda por acesso.

O regime militar (1964-1985) favoreceu enormemente a iniciativa privada no campo educacional. Não porque as Forças Armadas fossem espontaneamente privatistas, mas, sim, porque os agentes e colaboradores do golpe de Estado de 1964 fizeram parte ou tinham afinidades político-ideológicas com os grupos que defenderam o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de orientação privatista que deu origem a Lei nº 4.024, de dezembro de 1961. A estruturação dos sistemas de ensino previstos pela primeira LDB favoreceu os interesses privados, por atribuir aos conselhos da educação (federais e estaduais) importantes competências antes concentradas nos detentores dos cargos executivos. Os membros desses conselhos nomeados livremente pelo Presidente da República e pelos governadores dos estados, recaíram em pessoas escolhidas mediante pressão e articulação privada. Complementarmente, esses conselheiros ficaram expostos a pressões e atrativos de diversas espécies. Além disso, dividindo os centros de tomadas de decisão, tornou-se mais difícil a resistência às pressões e aos atrativos das instituições privadas de ensino. (CUNHA, 2007, p.811-812)

Por tudo isso, a expansão era uma necessidade, mas a falta de recursos financeiros era uma questão sempre ressaltada pelo governo.

O Regime, portanto, encontrava-se diante de um dilema, pois ao mesmo tempo que necessitava expandir o sistema educacional, como forma de se legitimar perante amplos setores da sociedade, encontra um obstáculo de ordem material: a falta de recursos. O Estado está comprometido com a expansão da infra-estrutura e com a concessão de subsídios ao capital. A saída é apelar para a “justiça social”: quem puder pagar deve pagar, para que os “desfavorecidos” tenham acesso à educação. No ensino superior, no entanto, a adoção dessa prática pela política educacional provocou um efeito inverso: coube aos “desfavorecidos” pagar para obtenção de um diploma - em geral de 2ª categoria - e sustentar os grupos empresariais privados que atuam no campo educacional. (GERMANO, 1994, p.128)

Desse modo, o objetivo a ser alcançado era obter o máximo de atendimento da demanda por ensino superior com menor custo financeiro. A reformulação do ensino superior devia regular-se por uma racionalização dos recursos e orientar-se pelo princípio de flexibilidade da estrutura, para evitar a duplicação de meios para os mesmos fins acadêmicos.

Duas formas de privatização são postas em prática: a direta, pelo implemento e subvenção, com dinheiro público, à criação mais ou menos indiscriminada de instituições de ensino superior privadas; a indireta, através da criação de fundações de direito público ou privado, numa tentativa de o Estado desobrigar-se, do ponto de vista econômico-financeiro, da manutenção do ensino superior e aumentar seu poder de intervenção nos termos citados. (SILVA, 2001, p.183)

Silva (2001) considera que dentro desse processo de expansão e a desobrigação do Estado com a educação superior proporcionou um crescimento acentuado de instituições superiores privadas. Esse fato alterou a organização e a relação de forças que estruturavam o campo educacional de ensino superior que até aquele momento, “representava o resultado da maturação de uma determinada orientação educacional”. (SILVA, 2001, p.184) Isso era uma estratégia do governo militar que tentava programar a “expansão com contenção”. Com isso, tentava-se demonstrar que o Estado seria incapaz, de por si só, atender a demanda por educação superior.

Além das propostas para alteração no sistema de vestibular, nos cursos, no corpo docente e no crescimento intensivo das vagas, fez-se necessário ampliar a oferta de matrículas através do crescimento extensivo de

estabelecimentos de ensino. O que colocava um problema para o ensino público que sofria com a falta de recursos financeiros. O governo federal procurou alinhar a política educacional de forma coerente, buscando aliados institucionais e políticos em defesa do capital privado, como forma de resolver esse problema. De acordo com Germano (1994, p.130)

nessa perspectiva, entendemos que a posição a favor da privatização do ensino decorre da existência de um "consenso" entre os setores dirigentes (intelectuais, empresários, tecnoburocratas, militares), em face do projeto político e econômico do Regime Militar.

Contudo, os estabelecimentos privados de ensino superior introduziram uma mentalidade empresarial nesse nível de ensino. A reforma de 1968 usou fundamentalmente a modernização e a expansão com contenção das instituições públicas. A expansão do ensino superior privado surgiu uma vez que as alterações feitas nas universidades públicas não conseguiram ampliar suas matrículas para atender a crescente demanda de acesso ao ensino superior. O crescimento numérico de faculdades foi comentado por Cunha (2007, p. 815-816)

a expansão das faculdades levou à abertura de outras e mais outras, dando origem a federações, posteriormente alçadas ao nível de universidades, que além do status prestigioso, tinham vantagem de poder abrir cursos e ampliar o número de vagas, sem prévia autorização do poder público. Vale dizer, maior poder de adequação às forças do Mercado. Essa expansão foi acompanhada pela construção de grandes prédios, pelas isenções fiscais, pelos empréstimos a juros negativos, quando não a fundo perdido.

Essas instituições privadas funcionavam em sua maioria à noite, para atendimento, principalmente, dos estudantes, que tinham que trabalhar para conseguir pagar a mensalidade todo mês. Freitag (1986) comentava que as taxas cobradas por essas instituições eram elevadas, alcançando mais de um salário mínimo, porém os cursos oferecidos eram de baixa qualidade e em áreas que não eram consideradas prioritárias pelo governo militar.

Esses cursos que os estabelecimentos privados ofereciam eram em áreas que o governo não considerava tão importante para o desenvolvimento do país.

Freitag (1986) salienta que os cursos desprestigiados eram pedagogia, história, letras, sociologia, etc. Eram oferecidos em simples instalações e com funcionários com pouca qualificação. Mas, para os cursos que eram prioritários para o crescimento do Brasil como engenharia, medicina, agronomia, eles necessitavam de materiais, instrumentos que eram caros e professores qualificados. Em função disso, a oferta de vagas para esses cursos era bem reduzida, nos estabelecimentos isolados.

Evidentemente, os cursos científico-tecnológicos requerem equipamentos mais abundantes e onerosos que os outros, mas não é apenas esta a razão da disparidade, entre as duas categorias de cursos senão também que os cursos de natureza humanística continuam prejudicados, pela crença de que eles são fáceis. Disso se aproveitam alguns setores do ensino privado, em 1961, sobre um total de 37.894 alunos matriculados em escolas superiores particulares, 27.196 estavam em faculdades de Ciências Econômicas, Direito, Filosofia, Serviço Social e Teologia, que, pela sua própria natureza, tem custos de operação mais baixos. (MENDES, 1968, p.110-111)

A reforma de 1968 abriu condições para o aparecimento de um novo ensino superior privado, com instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, direcionados para a simples transmissão de conhecimento, a formação rápida do profissional. Martins (2009, p. 17) argumenta que

o ensino superior privado que surgiu após a Reforma de 1968 tende a ser qualitativamente distinto, em termos de natureza e objetivos, do que existia no período precedente. Trata-se de outro sistema, estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas para obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional.

Um conjunto de fatores contribuiu para a ampliação do acesso ao ensino superior, tais como a valorização do conhecimento técnico e científico, pressões por direitos sociais, aspirações de mobilidade social por meio do sistema educacional, por parte dos estudantes e suas famílias, necessidade da aquisição de competências técnicas para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais estável e seletivo, transformações no conteúdo das profissões. O ensino superior passou a incorporar gradativamente novos grupos sociais

que até então estavam às suas margens, em função de pressões sociais para a sua democratização. Assim, a expansão do ensino superior privado foi possível devido ao retraimento do ensino superior público na absorção da demanda.

Mesmo com tantas mudanças no ensino superior brasileiro ocorreu a dualidade do ensino a elite bem preparada busca as vagas nas melhores universidades, restando às faculdades privadas de baixo nível para os mais pobres. “No período de 1962 a 1973, o ensino superior brasileiro passa de 100.000 a 800.000 estudantes universitários e o ensino privado passa de 40.000 a 500.000 estudantes”. (SILVA, 2001, p. 178)

De acordo com Martins (1989, p. 182)

[...] as novas instituições privadas, surgidas na década de setenta, passariam a organizar as suas atividades acadêmicas objetivando de forma prioritária a obtenção do lucro e da acumulação do capital. Na ausência de uma ideologia educacional própria, que justificasse a sua existência no campo pedagógico, estas instituições, captando com aguçado oportunismo político a ideologia do “desenvolvimento e segurança”, forjada pelo autoritarismo da época, se autoproclamariam como instituições voltadas para a “formação de recursos humanos”, buscando atender sem hesitação as demandas profissionais e intelectuais esboçadas pelo regime político vigente.

Em razão do crescimento limitado do setor público, a expansão do setor privado de ensino introduziu uma diferenciação e hierarquização entre os estabelecimentos. Às antigas universidades privadas de natureza filantrópica ou não-lucrativa, somaram-se, em maior número, às instituições criadas pela iniciativa empresarial. A partir da segunda metade da década de 1970 vislumbrou-se no Brasil uma mudança gradativa na configuração do setor privado de ensino superior no que diz respeito à natureza institucional dos estabelecimentos que o compõe. Em um primeiro momento, alguns estabelecimentos isolados transformaram-se em associações de escolas integradas, mediante processos de fusão de escolas isoladas ou de incorporação de um ou mais estabelecimentos.

As faculdades privadas proliferaram e possibilitaram à classe média uma forma de ascensão social.

A partir da década de setenta, com claro apoio do Estado, o ensino superior expandiu-se intensa e rapidamente, de modo especial na esfera privada. A expansão concretizou-se mediante a entrada dos empresários (da educação do 1º e 2º graus, especialmente) para este nível de ensino. Este movimento empresarial na esfera da educação assumiu grandes dimensões, tornando-se um empreendimento considerável no ramo da prestação de serviços. Associações e entidades da sociedade civil reorganizaram seus objetivos sustentados nesta base material de acumulação e expansão de capital para a montagem da estrutura desse novo empreendimento. (SILVA, 2001, p.179)

A expansão do ensino superior coube, essencialmente, às instituições privadas, que fizeram da educação um negócio muito rentável, dado o grande número de incentivos oficiais, o preço das mensalidades, a precariedade da fiscalização, acrescido a baixa qualidade de ensino ministrado.

Os vestibulares desses estabelecimentos privados tornaram-se muito mais fáceis do que o das universidades públicas, fazendo com que o nível de instrução requerida para o ingresso ao curso superior fosse baixando cada vez mais, à medida, em que se multiplicava a quantidade de instituições privadas e de cursos oferecidos. Em 1976 foi instaurado o crédito educativo, um tipo de sistema de empréstimos subsidiados, com juros acumulativos e prazo de carência de um ano, financiado com recursos da Caixa Econômica Federal. Em 1980, muitos universitários já pagavam seus estudos com este dinheiro emprestado, comprometendo-se a restituí-lo em parcelas, após a formatura.

Os estabelecimentos isolados preencheram suas vagas, em sua maioria com os estudantes de baixa renda. A classe média começou a criticar o padrão dos cursos que eram oferecidos e a desvalorização do diploma. Esse fato é de suma importância para a compreensão da reorganização do ensino superior privado e de seu discurso em prol da qualidade, que são características marcantes do ensino superior na década de 1980. Além disso, uma outra questão é de “natureza conjuntural”, isto é,

a nova ordem mundial, tendo sua centralidade operacional no desenvolvimento da ciência e tecnologia e na formação de trabalhadores preparados para atuarem em novas bases produtivas, faz os empresários influenciarem na constituição da educação brasileira. Essa aproximação empresarial tende a subordinar a educação em geral e o ensino superior em particular ao sistema produtivo. (SILVA, 2001, p. 191)

De acordo com Martins (2009, p.23) sobre a escalada da privatização,

entre 1965 e 1980, as matrículas do setor privado saltaram de 142 mil para 885 mil alunos, passando de 44% do total das matrículas para 64% nesse período. Em sua fase inicial, ou seja, desde o final dos anos de 1960 até a década de 1970, a expansão do setor privado laico ocorreu basicamente através da proliferação de estabelecimentos isolados de pequeno porte. A partir da segunda metade da década de 1970, o processo de organização institucional do setor privado sofreu uma transformação gradual. Num primeiro momento, alguns estabelecimentos isolados transformaram-se em federações de escolas, através de um processo de fusão. Num momento posterior, a partir do final da década de 1980, o movimento de transformação de estabelecimentos isolados em universidades se acelerou: entre 1985 e 1996, o número de universidades particulares mais do que triplicou, passando de 20 a 64 estabelecimentos. Tudo leva a crer que a expansão das universidades privadas foi orientada pela percepção de seus proprietários de que a existência de estabelecimentos maiores, oferecendo cursos mais diversificados, teria vantagens competitivas no interior do mercado do ensino superior.

A década de 80 foi marcada, por uma reestruturação no ensino superior privado, no Brasil,

por razões estruturais e gerais e por outras relacionadas às especificidades da gestão do ESP. O governo federal, nesse período, tentou conter a expansão do ESP, bem como ameaçou regulamentar, por meio de decretos, a avaliação e a qualidade do ESP. (SILVA, 2001, p.191)

Ocorre o aparecimento do discurso da qualidade e da avaliação. O governo sofrendo pressão ficou atraído pela questão da qualidade do ensino. A partir de 1980 houve uma redução progressiva da demanda para o ensino superior em decorrência da retenção e evasão de alunos do 2º grau, inadequação das universidades às novas exigências do mercado e frustração das expectativas da clientela em potencial. A educação superior brasileira, na década de 80, estava em uma situação de instabilidade e vulnerabilidade. A sociedade redemocratizava-se e necessitava de ajustes no ensino superior. O

Estado estava falido e não tinha como orientação uma política de investimentos no setor social. Diante desse quadro o Brasil iniciava reformulações estruturais, com o objetivo de inserir o país no novo contexto mundial.

De acordo com Silva (2001), as razões da reorganização do ensino superior privado e do surgimento do discurso sobre qualidade e avaliação, a sociedade civil que pressionavam o governo a rever a administração do ensino superior no Brasil. Na década de 1980, as mudanças que ocorreram na economia, que geraram um acentuado quadro inflacionário e agravaram a crise de pessoas sem emprego, contribuíram para um esfriamento da expansão do ensino superior e para a sua avaliação crítica por vários segmentos da sociedade civil. O governo pressionado, também, envolveu-se na discussão sobre a qualidade do ensino superior brasileiro.

na década de 1980, em função da crise econômica vivenciada pelo país, expressa num grave quadro inflacionário e no aumento das taxas de desemprego, ocorreu uma desaceleração da expansão do ensino superior. Surgiram, ao mesmo tempo, críticas sobre a qualidade do ensino privado por parte de várias associações profissionais e de outros segmentos da sociedade civil. Diante desse descontentamento, o governo, por meio de seus órgãos competentes, adotou medidas legais com o propósito de suspender temporariamente a criação de novos cursos nos estabelecimentos existentes. Nesse mesmo período, as instituições públicas passaram a se instalar em áreas geográficas de menor interesse econômico para a rede privada. Com efeito, entre 1980 e 1985, ocorreu uma pequena diminuição das matrículas do setor privado, de 885 mil para 811 no total. Inversamente, no mesmo período, as matrículas do ensino público cresceram de 492 mil a 556 mil estudantes. (MARTINS, 2009, p.24)

Esta política educacional permaneceu com seus eixos fundamentais sem serem questionados até meados da década de 80 e início dos anos 90, quando vários movimentos de reforma do Estado e questionamento de seu papel ganharam força.

4. CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL

As conseqüências da expansão do ensino superior privado no Brasil são várias dentre elas irei mencionar algumas.

No período da Ditadura Militar, cinco generais revezaram na Presidência da República. Ghiraldelli (2009, p. 101) salienta que esse período

foi pautado em termos educacionais pela repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parte dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnica do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional. Somente uma visão bastante condescendente com os ditadores poderia encontrar indícios de algum saldo positivo na herança deixada pela Ditadura Militar para o nosso país.

O Regime Militar semeou o terreno para o ensino privado, facilitando sua expansão e fazendo deste, um período muito importante para o setor. A crescente privatização do ensino superior foi responsabilizada, em grande parte, pela enorme decadência na qualidade do ensino superior no Brasil. A maioria das faculdades particulares têm uma finalidade mercantil, voltadas, para a obtenção de lucros fáceis e direto, essas instituições superiores particulares são apenas “escolas – empresas”, com instalações precárias, professores despreparados, escassos recursos didáticos.

De acordo com Ghiraldelli (2009, p. 106-107)

de fato, o problema do acesso ao ensino superior foi equacionado pela Ditadura Militar com o incentivo à privatização do ensino – na década de 1970 o governo colaborou com abertura de cursos de terceiro grau de duvidosa idoneidade moral. Essas medidas provocaram, ao longo dos anos, uma profunda alteração na vida universitária e na qualidade do ensino.

Com a reforma universitária, o ensino superior viveu um surto expansionista privado. No curso de uma década houve um grande crescimento de matrículas e o objetivo de deter a expansão desordenada não foi atingido.

Criou-se uma privatização pela via do fortalecimento do setor particular. Esta tendência, anunciada nos primeiros anos pós-reforma de 1968 se manteve e aprofundou-se ao longo do tempo.

A expansão privada introduziu a mercantilização no ensino, questão salientada por Freitag (1986, p. 115)

o setor privado, interessado em fazer negócio passou a adaptar sua oferta de custos a demanda e a preços acessíveis aos mais pobres. Evidentemente o produto vendido não podia ser da mesma categoria que o consumido gratuitamente pelas classes privilegiadas que ocupam em sua maioria a rede oficial.

Apesar das instituições superiores privadas expedirem diplomas, o ensino privado não formou indivíduos que estivessem em condições de competir no mercado de trabalho com os alunos diplomados pelas universidades públicas.

As chances de trabalho, de salário, de vida, dos egressos da rede particular são sistematicamente menores na obtenção de um emprego que os dos formados pela rede oficial. Com a separação entre rede oficial e particular, reintroduziu-se a dualidade do antigo sistema educacional, que oferecia uma via para os filhos dos ricos e outra para os dos pobres. Com o auxílio do ensino particular se realizou novamente o esquema antigo da reprodução das relações de classe. (FREITAG, 1986, p.115).

A privatização introduziu a dualidade no sistema de ensino superior. Nesse sentido, questão, também, comentada por Oliven (1989, p.106-107) ao afirma que,

as grandes universidades e as faculdades isoladas no Brasil podem ser vistas como uma espécie de sistema dual de educação. Os processos de interiorização e parouquialização do ensino superior acentuam a distância entre as grandes universidades e as faculdades isoladas. Uma das razões para esta situação relaciona-se com a mudança do significado de possuir um diploma na sociedade brasileira. Enquanto a obtenção de um diploma de curso superior era uma condição não necessária, mas suficiente, para que o portador gozasse de prestígio e poder na sociedade brasileira, as camadas médias baixas da população foram desviadas para cursos técnicos que não davam acesso à universidade. Mais tarde, quando os graduados de curso superior tornam-se cada vez mais empregados de grandes firmas e não profissionais autônomos, o significado de um diploma universitário mudou: passou a ser condição necessária, mas não suficiente, para que o seu portador obtivesse uma posição de prestígio e poder. Daí a maior liberalidade na abertura de escolas superiores

isoladas e de nível acadêmico inferior ao das grandes universidades.

A dualidade foi vista também, de outra maneira no contexto do ensino superior.

[...] a rede oficial produz os recursos humanos para os setores modernos da economia em expansão e a rede privada continua suprindo os setores tradicionais. Essa separação de funções não pode ser vista discreta ou mecanicamente. Assim como os setores modernos da economia não podem ser vistos isoladamente dos setores tradicionais, pois ambos constituem em sua dialética o “modelo brasileiro”, assim também o ensino superior é uma unidade em sua dualidade. A sua relação dialética se demonstra na medida em que tanto o ensino particular como o oficial só existem um em função do outro. Não fosse a rede particular, o ensino oficial não poderia concentrar seus recursos em um a minoria que é devidamente qualificada para assumir as tarefas da economia excludente. Teria nesse caso que expandir o número de vagas, sacrificando ainda mais a qualidade pela quantidade. A rede oficial é dispensada dessa necessidade pela existência da rede particular. Esta, por sua vez, não teria chances de sobrevivência, se a rede oficial fosse perfeita em termos quantitativos e qualitativos. A rede particular vive do estrangulamento que se impõe naquela, absorvendo os candidatos por ela rejeitados. Essa relação dialética existe também em relação ao produto, os profissionais saídos das duas redes de ensino. (FREITAG, 1986, p.117).

A reforma universitária propôs não só a racionalizar a estrutura e o funcionamento da universidade, a fim de evitar o desperdício de recursos, mas garantir a formação dos recursos humanos necessários para manter o ritmo de crescimento da economia.

A aplicação do salário-educação e a concessão de bolsas de estudo configuram-se como os mais representativos mecanismos específicos de sustentação da rede privada de ensino superior. O salário - educação foi formulado, com o objetivo de melhorar o ensino da rede pública, através da captação de recursos direto das empresas, o crescimento da aplicação desse imposto demonstrou que, ao invés da empresa auxiliar a universidade pública, estava na realidade, auxiliando as instituições superiores privadas. Assim, é importante salientar que a Ditadura Militar não se restringiu a diminuir as verbas para a educação pública. Mas, começou a transferir recursos para o ensino superior privado o que acarretou o surgimento da corrupção e que ela

se espalhasse pelo ensino superior. A respeito disso, Germano (1994, p. 202) afirma que,

[...] a legislação permitia que as empresas optassem entre recolher a contribuição do salário-educação aos cofres públicos ou aplicar o percentual correspondente a 2,5% da sua folha de pagamento diretamente na manutenção de escolas próprias, bem como conceder bolsas de estudos ou restituir despesas com educação efetuadas pelos seus empregados. Isso se constituiu, na verdade, num poderoso veículo de transferência de recursos para a rede particular.

A prioridade na aplicação dos recursos das empresas era na rede particular de ensino.

Enquanto o número de empresas que recolhem aos cofres oficiais aumentava em 29,6%, no período de 1976-1978, em igual período, o número de empresas a aplicarem diretamente o salário-educação, isto é, a empregarem seus recursos na manutenção de ensino próprio, na concessão de bolsas de estudo e em indenização, crescia em 163%. É na modalidade bolsas de estudo que as empresas mais aplicavam o percentual desse imposto. Dos 3.315 bilhões de cruzeiros alocados diretamente, em 1980, 3.044 bilhões se destinaram a essa modalidade. (NEVES, 1983, p.71-72)

Outra consequência da expansão do ensino superior privado é o aparecimento na educação dos “agenciadores”. De acordo com Germano (1994, p. 204)

[...] a abertura concedida pela legislação permitiu o surgimento de agenciadores de educação num verdadeiro conluio empresa privada/escola privada, em que a primeira repassava à segunda, sob forma de bolsas de estudo, um montante de recursos inferior aquele que deveria recolher aos cofres públicos.

Esses fatos representam uma pequena amostra do desinteresse do governo com uma boa educação pública, mostram também os estímulos aos grupos privados e a corrupção que se alastrou no ensino superior durante o governo militar.

[...] o Estado, ao se desobrigar de financiar a educação pública, abriu espaço para que a educação escolar fosse explorada como negócio lucrativo, com as empresas contando para isso com facilidades, incentivos e subsídios fiscais e creditícios, até mesmo a pura e simples transferência de recursos públicos para a rede privada de ensino. Os problemas referentes ao financiamento da educação não se restringem à questão do

montante das verbas. A alocação de uma soma adequada de recursos é uma condição necessária para o desenvolvimento do sistema educacional, porém não é uma condição suficiente. A corrupção desviou verbas, para as chamadas elites políticas e para os grupos empresariais, consome boa parte dos recursos públicos destinados a educação, e a burocratização, o clientelismo e a excessiva centralização administrativa impedem que o dinheiro público chegue às escolas. (GERMANO, 1994, p.205)

“A eliminação da corrupção e do desperdício desenfreado, portanto, é uma condição fundamental para a superação da situação caótica em que se encontra a educação escolar (pública) no Brasil”. (GERMANO, 1994, p.205)

Ocorreu uma diminuição dos recursos para o ensino superior público durante o governo militar, deixando em risco a manutenção das universidades.

[...] aliás, o princípio estabelecido na Lei 5.540/68, que determinava a organização do ensino superior sob a forma prioritária de universidade, foi violado, na prática, pela política educacional do Regime Militar que incentivou, com o beneplácito do Conselho Federal de Educação, a proliferação de escolas superiores isoladas de qualidade duvidosa, em sua maioria exploradas pela iniciativa privada. (GERMANO, 1994, p.206)

Germano (1994, p. 208) resume de forma clara a política educacional do Regime Militar. Afirmando que:

em síntese, a política educacional posta em prática pelo Estado Militar não cumpriu seus próprios princípios e metas, mesmo do ponto de vista quantitativo, nos três níveis de ensino, na medida em que se desobrigou de financiar a educação pública e incentivou o incremento da privatização do ensino. Deve ser esclarecido que, ao longo da década de 80, com a crise do Regime e o ressurgimento das mobilizações de setores da sociedade civil-, o Estado começa a mudar o seu comportamento. O general Figueiredo introduz modificações na sistemática do salário-educação com vistas a combater a corrupção que aí ocorria e, em 1983, o Congresso nacional aprova a Emenda de autoria do senador João Calmon que reintroduz no texto constitucional a obrigatoriedade do Poder Público em aplicar percentuais mínimos da sua receita de impostos com educação, na seguinte ordem: União – 13%; Estados, Distrito Federal e Municípios – 25%. Apesar da aprovação pelo Congresso, tal Emenda, no entanto, foi regulamentada somente em julho de 1985, já sob a “Nova República”.

Em fins dos anos 80, em particular com as eleições presidenciais de 1989, um novo passo seria dado decisivamente para a redemocratização do país.

5. CONCLUSÃO

Esse estudo monográfico procurou analisar o desenvolvimento da expansão do ensino superior privado, principalmente, após a Reforma Universitária de 1968.

Os relatórios elaborados pela Comissão Meira Mattos e o Relatório Atcon foram de extrema importância para a expansão do ensino superior privado, principalmente, o Relatório Atcon. Contratado pelo MEC, no período de 1965-1968, para planejar mudanças no ensino superior brasileiro. Para, o professor norte-americano Rudolph Atcon a Universidade deveria ter autonomia acadêmica, científica, e principalmente financeira, livre da interferência estatal, devendo funcionar como se fosse uma empresa privada. Esses estudos serviram de suporte para o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

Um dos principais interesses do Regime Militar girava em torno da reformulação do sistema de ensino superior e concentrou-se na resolução da insuficiência de capital humano e do excesso de pleiteantes, dentro dos princípios da expansão com contenção.

As medidas direcionadas à formação de recursos humanos para o mercado de trabalho, alinhadas com a Teoria do Capital Humano, em parte, foram implementadas. Aquelas medidas voltadas para a expansão das matrículas com contenção de gastos foram, na sua maioria, concretizadas com sucesso.

Em linhas gerais, a Reforma Universitária atingiu grande parte dos objetivos propostos. O problema dos “excedentes” foi solucionado, em alguma medida, pelas alterações nos exames vestibulares e a expansão das instituições superiores privadas.

Em síntese, a Lei 5.540/68 da reforma universitária extinguiu a cátedra, implementou o regime de dedicação exclusiva aos professores, criou a estrutura departamental e o sistema de crédito por disciplina, à semestralidade e o vestibular unificado, entre outras coisas. Mas, contudo, é a Lei 5.540/68 que tornou o ensino, a pesquisa e a extensão indissociáveis, e fortaleceu a pós-graduação. Ocorreu também o aumento acelerado das matrículas, cursos e estabelecimentos, bem como as mudanças na estrutura administrativa da universidade, retrataram o compromisso do regime militar com os interesses das forças políticas externas e internas que o justificaram.

A oferta de vagas no ensino superior brasileiro, principalmente na rede particular, permitiu a conclusão que, sob o critério quantitativo, a Reforma Universitária de 1968 atendeu a demanda de vagas através da expansão do ensino superior privado. Mas, produto final foi à privatização e a proliferação de vagas nas faculdades particulares por meio do suporte financeiro proporcionado pelo governo. Onde a qualidade do ensino foi deixada de lado nessas instituições, que têm o foco na obtenção de lucro, sem a preocupação em desenvolver a pesquisa e a extensão que são essenciais para o crescimento acadêmico do discente e desses estabelecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOCHETTI, V. R. Plano Atcon e Comissão Meira Matos: Construção do ideário da universidade do Pós-64. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n. 27, p. 221-229, set. 2007. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2009.

CUNHA, L. A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p.809-829, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

_____. L. A. O público e o privado na educação superior no Brasil: fronteira em movimento? In: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p. 39-60, 1999.

_____. L. A. Reforma universitária em crise: gestão, estrutura e território. In: TRINDADE, H. (Org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p. 125-151, 1999.

_____. L. A. **A universidade crítica**: o ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 60-251, 1983.

_____. L. A. **A universidade reformada**: o golpe de 64 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FÁVERO, Maria de L. de A. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Matos**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, p.11- 114, 1991.

FÁVERO, Maria de L. de A. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977, 102p.

FLORESTAN, Fernandes. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa Omega, 1975, 257 p.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986, 142 p.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil**: 1964-1985. São Paulo: Cortez, 1994, 297 p.

GRACIANI, M. S. S. **O ensino superior no Brasil**: A estrutura de poder na universidade em questão. Rio de Janeiro: Vozes, p. 58-91, 1982.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. **História da educação brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HILSDORF, Maria Lucia S. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneiro Thompson Learning, p. 119 - 135, 2003.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 set. 2009.

_____. O novo ensino superior privado no Brasil (1964-1980). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 70, n. 165, p. 159-188, maio/ago. 1989.

_____. Uma reforma necessária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 101-120, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 set. 2009.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964- 1968**. Campinas: Papirus, 1987.

MENDES, D. T. A Expansão do Ensino Superior no Brasil. **Documenta**. Brasília, p. 105-133, ago. 1968.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. O Estado e a Privatização do Ensino-Mecanismos de Sustentação da Empresa Privada de Ensino. **Educação & Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 15, p. 66-74, ago.1983.

OLIVEN, A. C. Resgatando o significado do departamento na universidade brasileira. In C. B. Martins (Org.). **Ensino superior brasileiro: Transformações e perspectivas**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REFORMA Universitária: Relatório do Grupo de Trabalho. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v.50, n.111, p. 110-175, jul./set. 1969.

ROMANELLI, Otaíza. de O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, 267 p.

ROTHEN, J. C. Os bastidores da reforma universitária de 1968. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 set. 2009.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cadernos CEDES**, v.28, n.76, p.291-312, Dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

SILVA, J. J. dos R. **Novas Faces da educação superior no Brasil**. São Paulo: Cortez: Bragança Paulista, São Paulo: USF-IFAN, p. 177-193, 2001.

SOUSA, P. R. C. A reforma universitária de 1968 e a expansão do ensino superior federal brasileiro: algumas ressonâncias. **Cadernos de História da Educação**, n.7, p. 117-134, jan./dez. 2008.

VIEIRA, S. L. **O (Dis)curso da (re)forma universitária**. Fortaleza: Edições, Universidade Federal do Ceará/PROED, p. 57-69, 1982.